



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

LEI Nº 003/2015

CERTIDÃO
CERTIFICO, para os fins de direito que o(a) presente LEI Nº 003/2015 foi publicado(a) na íntegra no Placar Oficial da Prefeitura, destinado à divulgação e publicidade dos atos oficiais do Município de Buriti do Tocantins em, 30/09/2015
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Administrativa

Buriti do Tocantins - TO, 30 de setembro de 2015.

"Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais legais e constitucionais Faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º. - Esta lei disciplina as contratações por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e de acordo com a Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. - As contratações a que se refere o artigo 1º desta Lei poderão ser deferidas nas seguintes hipóteses:

- I – Calamidade Pública;
- II – Inundações, enchentes, incêndios, epidemia e surtos epidêmicos;
- III – Campanhas de Saúde Pública;
- IV – Prejuízos ou perturbações na prestação de serviços essenciais;
- V – Nas situações de emergência, quando caracterizada a urgência e inadiabilidade de atendimento de situação que possa comprometer a realização de eventos, ou ocasionar prejuízo à saúde ou à segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;
- VI – Necessidade de pessoal, em decorrência de dispensa, demissão, exoneração, falecimento e aposentadoria, nas unidades de prestação de serviços;
- VII – Para atender às peculiaridades e necessidades do ensino, inerentes ao Quadro do Magistério;
- VIII – De assistência à saúde nos casos de contratações de médicos, enfermeiros, Odontólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos, técnico em enfermagem, Assistente Social e outros profissionais da área da saúde que sejam necessários para as atividades da Administração Pública.

Art. 3º. - Por norma geral, aplicável aos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, do artigo 2º desta Lei, as contratações serão feitas pelo tempo estritamente necessário para atender as ocorrências especificadas, admitido o prazo máximo de 06 (seis) meses, prorrogável excepcionalmente uma vez, por igual período;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS

Parágrafo Único – No caso do inciso VIII, as contratações serão realizadas por um prazo de até 12 (doze) meses, admitindo-se a prorrogação por igual período.

Art. 4º. - As contratações serão feitas a juízo e com autorização expressa do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 5º. - Os contratados nos termos da presente Lei estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições inerentes aos servidores públicos, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas.

Art. 6º. - Ocorrerá a rescisão contratual:

I – A pedido do contratado;

II – Pela conveniência da Administração, a juízo do Chefe do Executivo Municipal;

III – Quando o contratado incorrer em falta grave.

Art. 7º. - Os contratados não podem infringir as vagas e normas legais do edital de concurso público que porventura se encontre em vigência.

Art. 8º. - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário for.

Art. 9º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BURITI DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de setembro de 2.015.

RUBIA RODRIGUES AMORIM
Prefeita